



Fevereiro | Resultado do  
**2019** | **Tesouro Nacional**

Brasília, 28 de março de 2019

# Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central  
Brasil – 2018/2019 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018/2019								
Discriminação	Jan-Fev		Variação (2019/2018)		Fevereiro		Variação (2019/2018)	
	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	262.220	275.431	5,0%	1,2%	106.064	114.654	8,1%	4,1%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	47.758	53.218	11,4%	7,3%	27.802	29.288	5,3%	1,4%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	214.462	222.212	3,6%	-0,2%	78.262	85.367	9,1%	5,0%
IV. DESPESA TOTAL	202.838	210.440	3,7%	-0,1%	97.480	103.641	6,3%	2,3%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0	0	-	-	0	0	-	-
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)</b>	<b>11.624</b>	<b>11.772</b>	<b>1,3%</b>	<b>-2,3%</b>	<b>-19.218</b>	<b>-18.274</b>	<b>-4,9%</b>	<b>-8,5%</b>
Tesouro Nacional e Banco Central	40.810	40.656	-0,4%	-4,0%	-5.516	-4.046	-26,7%	-35,3%
Previdência Social (RGPS)	-29.186	-28.885	-1,0%	-4,7%	-13.702	-14.229	3,8%	0,3%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	1,1%	1,0%	-	-	-	-	-	-

Memorando:								
Resultado do Tesouro Nacional	40.987	40.613	-0,9%	-4,5%	-5.512	-4.034	-26,8%	-35,4%
Resultado do Banco Central	-177	43	-	-	-4	-11	183,3%	172,7%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-29.186	-28.885	-1,0%	-4,7%	-13.702	-14.229	3,8%	0,3%

Em fevereiro de 2019, o **déficit primário** foi de **R\$ 18,3 bilhões**, frente a déficit de **R\$ 19,2 bilhões em fevereiro de 2018** (valores nominais).

Em valores reais, houve **redução** de R\$ 1,7 bilhão (8,5%) no **déficit do Governo Central**.

No acumulado até fevereiro de 2019 houve **superávit primário de R\$ 11,8 bi**, frente a superávit de R\$ 11,6 bi em 2018 (valores nominais).

Em termos reais:

- Até fev/19: superávit de R\$ 11,9 bi
- Até fev/18: superávit de R\$ 12,2 bi



# Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses  
 Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de fev/19 – IPCA

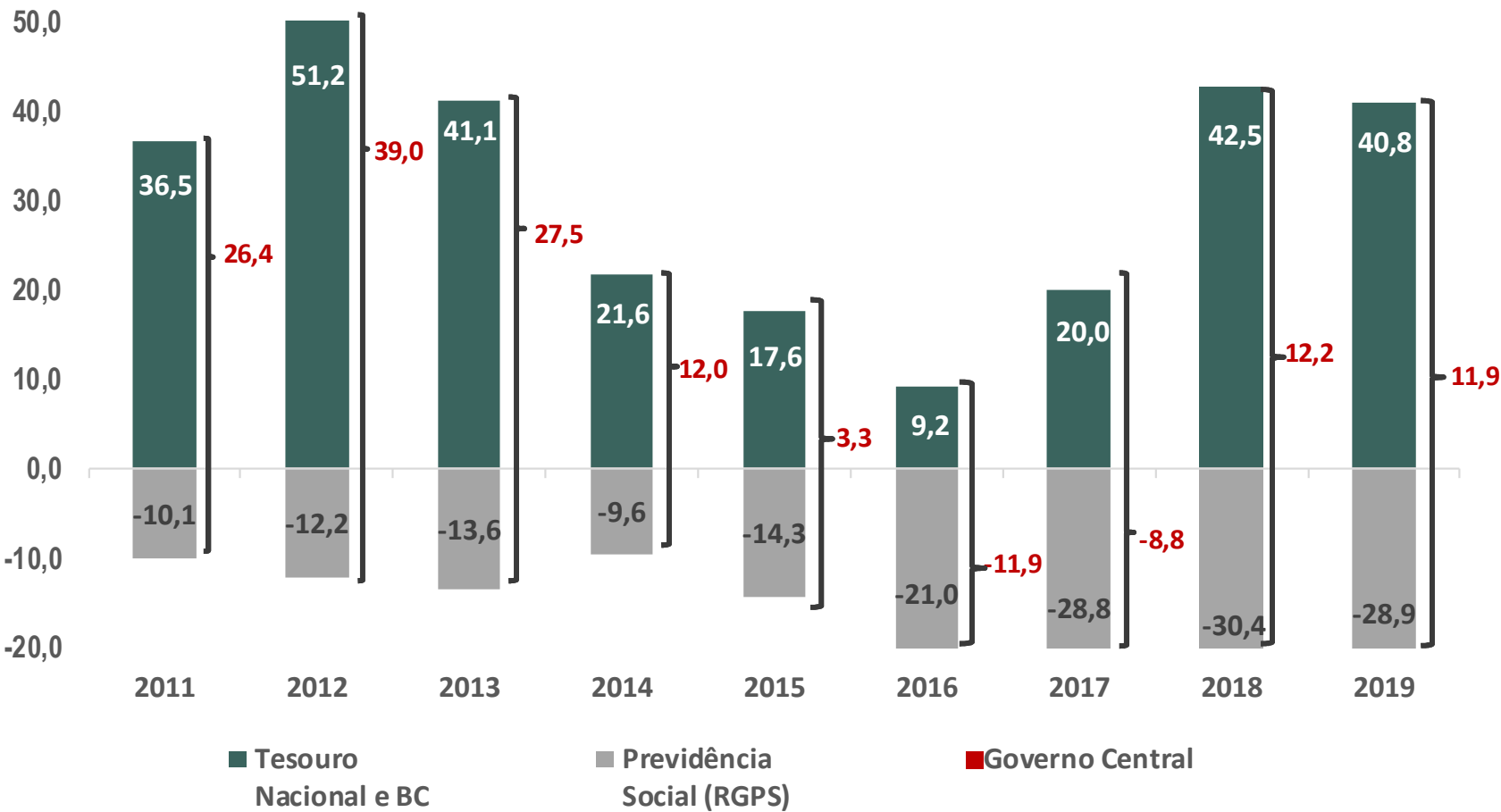


O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses alcançou **déficit de R\$ 122,2 bi**, equivalente a **1,74 % do PIB**.

A meta de resultado primário do Governo Central para 2018 é **déficit de R\$ 139,0 bi**, equivalente a **1,90% do PIB**.

# Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes  
Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de fev/19 – IPCA



Apesar do **resultado positivo do Governo Central**, no 1º bimestre de 2019 a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 28,9 bilhões**, enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** foram **superavitários em R\$ 40,8 bilhões**.

Os déficits acentuados na previdência (social e regime próprio) têm **retirado espaço para a realização de políticas sociais e de investimentos públicos**.

# Execução Financeira do Governo Central

Empoçamento – Posição fevereiro/2019  
R\$ Bilhões – Valores Correntes

Discriminação	Limites de Pagamento	Pagamentos Realizados	Empoçamento
Ministério da Saúde	17,6	14,2	3,4
Emendas Parlamentares	2,3	0,2	2,1
Ministério da Defesa	3,0	1,8	1,2
Ministério da Educação	4,9	3,7	1,1
Demais	12,8	11,0	1,9
<b>Total</b>	<b>40,6</b>	<b>30,9</b>	<b>9,7</b>

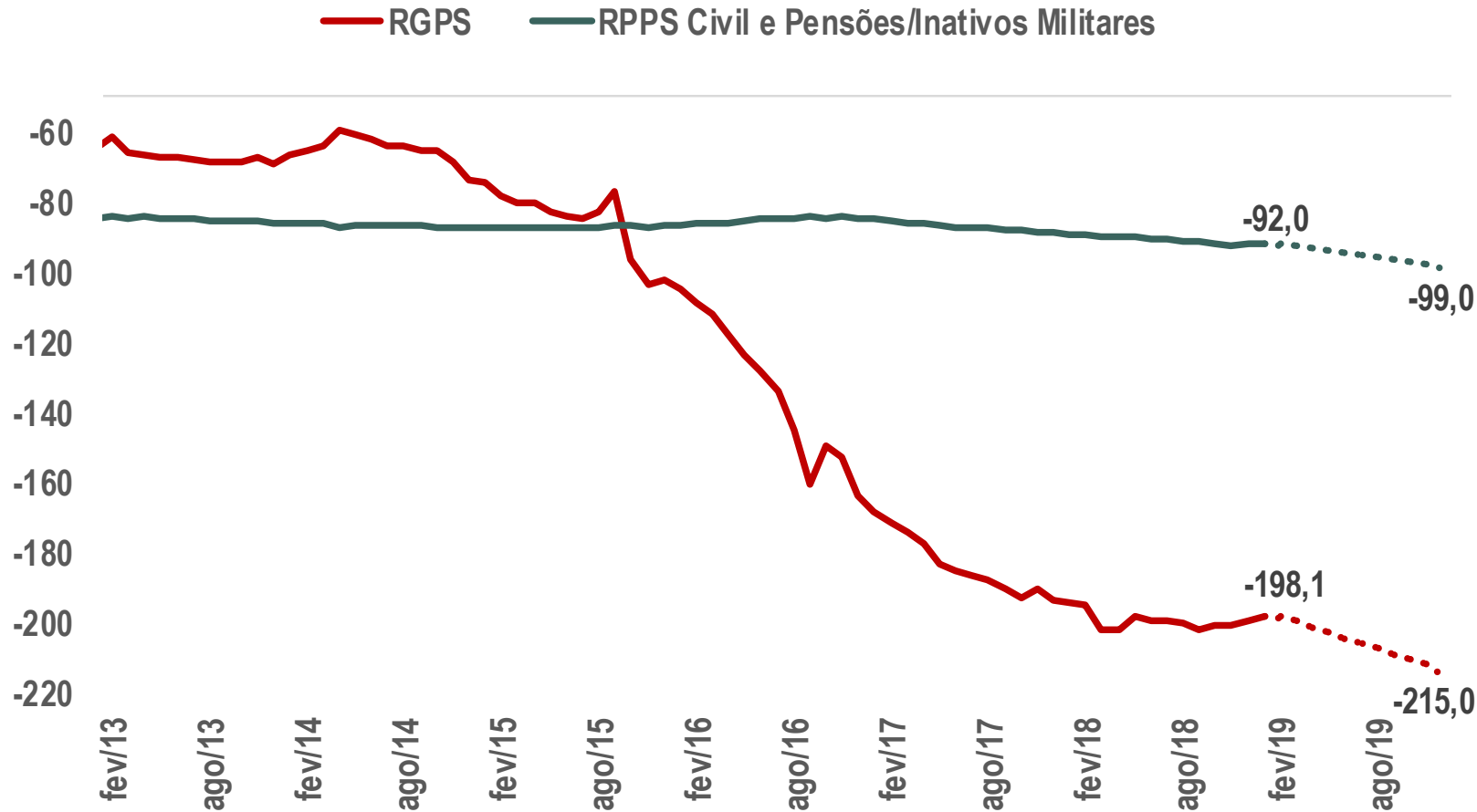
Em fevereiro de 2019 o **empoçamento** totalizou **R\$ 9,7 bilhões (24,0% do limite de pagamento)**.

A rigidez alocativa explica grande parte do empoçamento.

Mínimos constitucionais (saúde, educação), vinculações e outras despesas obrigatórias (emendas impositivas) exemplificam a rigidez alocativa.

# Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares \* -  
 Acumulado em 12 meses  
 Brasil – 2013/2019 – R\$ Bilhões – A preços de fev/19 - IPCA



Total do déficit  
**RGPS + RPPS = R\$ 290,1 bi** no Governo Central no acumulado em 12 meses até fevereiro de 2019, a preços de fev/2014 – IPCA.

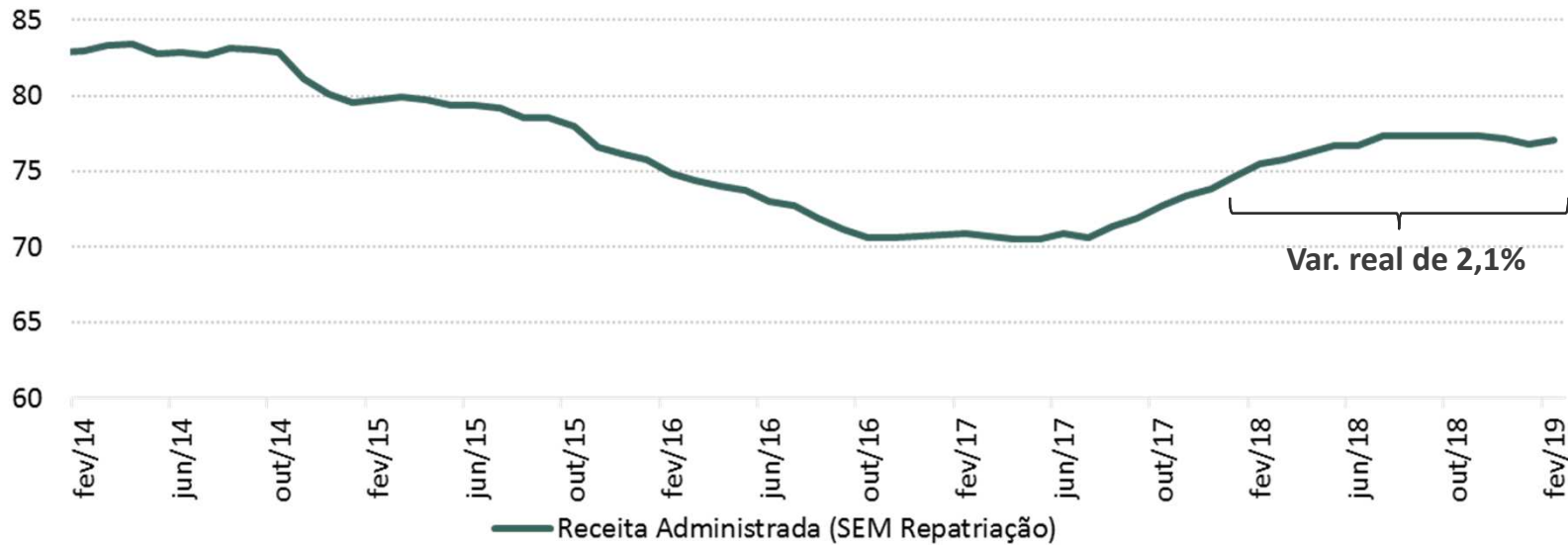
Projeta-se que, ao final de 2019, o déficit dos dois regimes será de **R\$ 314,0 bi**, a preços de fev/19 – IPCA.

\* Inclui FCDF.

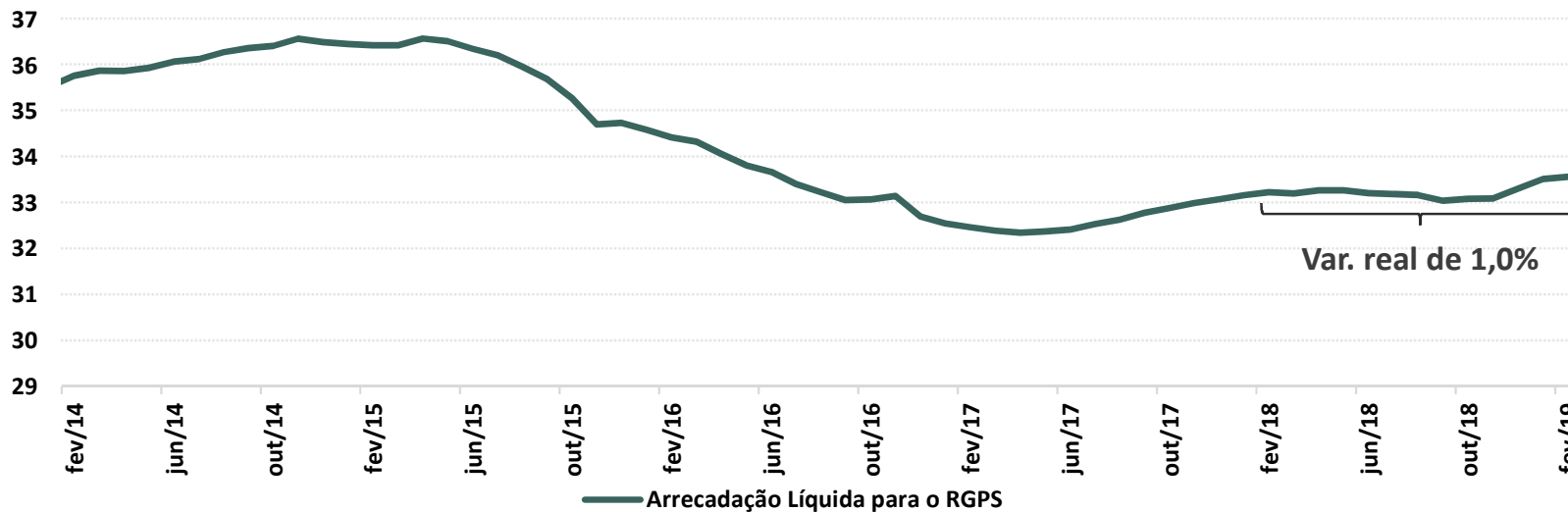
# Receitas do Governo Central

## Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

Receita Administrada pela RFB e Arrecadação Líquida RGPS  
 Média Móvel 12 meses – R\$ Bilhões – A preços de fev/19 - IPCA



Var. real de 2,1%



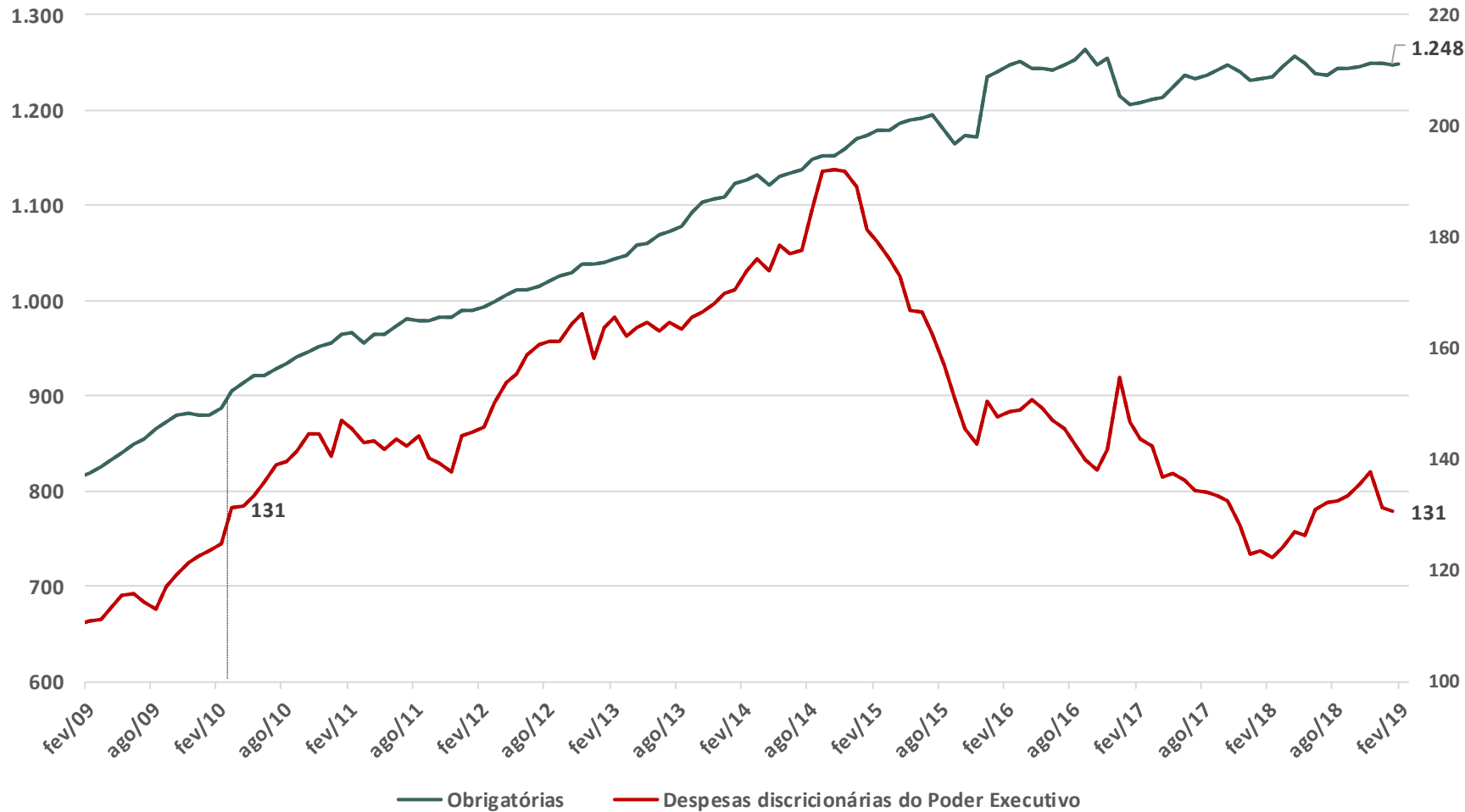
Var. real de 1,0%

A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada pela RFB** e da **arrecadação líquida para o RGPS** mostram ganho real.



# Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central\* – Acumulado 12 meses  
 Brasil - 2009 a 2019: R\$ Bilhões – A preços de fev/19 - IPCA



O crescimento persistente das despesas obrigatórias implicou retorno do patamar das despesas discricionárias aos níveis de março de 2010 (em termos reais).

\* Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em setembro de 2010.

Fonte: Tesouro Nacional

# Despesas do Governo Central

## Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2018/2019 – A preços de fev/19 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
<b>IV . DESPESA TOTAL</b>	211.078,7	210.899,5	-179,1	-0,1%
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	91.329,7	93.055,3	1.725,6	1,9%
Benefícios Previdenciários - Urbano	71.831,0	73.555,8	1.724,8	2,4%
Benefícios Previdenciários - Rural	19.498,7	19.499,5	0,8	0,0%
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	50.152,6	50.042,1	-110,5	-0,2%
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	37.737,6	36.879,5	-858,1	-2,3%
Abono e Seguro Desemprego	11.785,4	11.735,2	-50,2	-0,4%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9.487,4	9.749,9	262,5	2,8%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	482,4	477,0	-5,5	-1,1%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	53,3	2.167,6	2.114,4	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.849,9	1.582,2	-267,7	-14,5%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	4.040,5	4.172,0	131,6	3,3%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.638,7	1.481,5	-157,2	-9,6%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	523,9	247,4	-276,5	-52,8%
Subsídios, Subvenções e Proagro	6.496,2	4.819,0	-1.677,2	-25,8%
Impacto Primário do FIES	359,6	115,6	-244,0	-67,9%
Demais	1.020,4	332,1	-688,2	-67,4%
<b>IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo</b>	31.858,7	30.922,6	-936,1	-2,9%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	20.878,2	19.717,2	-1.161,0	-5,6%
Discricionárias	10.980,4	11.205,4	224,9	2,0%
<b>Memorando:</b>				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	32.008,6	31.748,1	-260,5	-0,8%
Outras Despesas de Custeio	28.793,9	28.296,6	-497,2	-1,7%
Outras Despesas de Capital	3.214,7	3.451,5	236,7	7,4%

No acumulado no ano de 2019 a despesa total permaneceu praticamente constante (-0,1% real). As principais variações foram:

- Benefícios Previdenciários (+R\$ 1,7 bi);
- Crédito Extraordinário (Diesel) (+R\$ 2,1 bi);
- Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 1,7 bi); e
- Obrigatórias com Controle de Fluxo (- R\$ 1,2 bi).

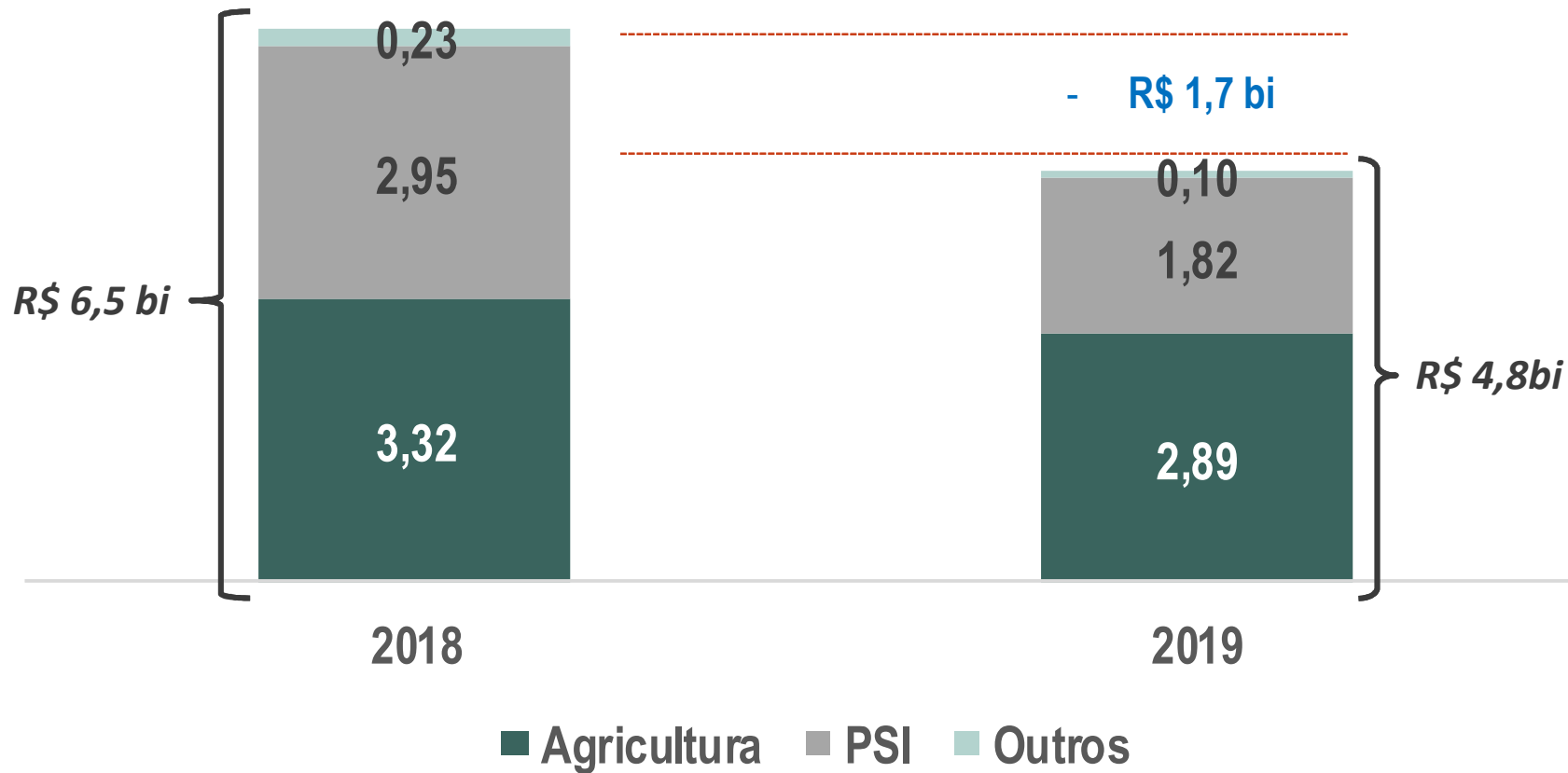
\* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções e econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

# Despesas do Governo Central

## Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Acumulado – 2018/2019

Subsídios e Subvenções e Proagro - A preços de fev/19 – IPCA – R\$ Bilhões



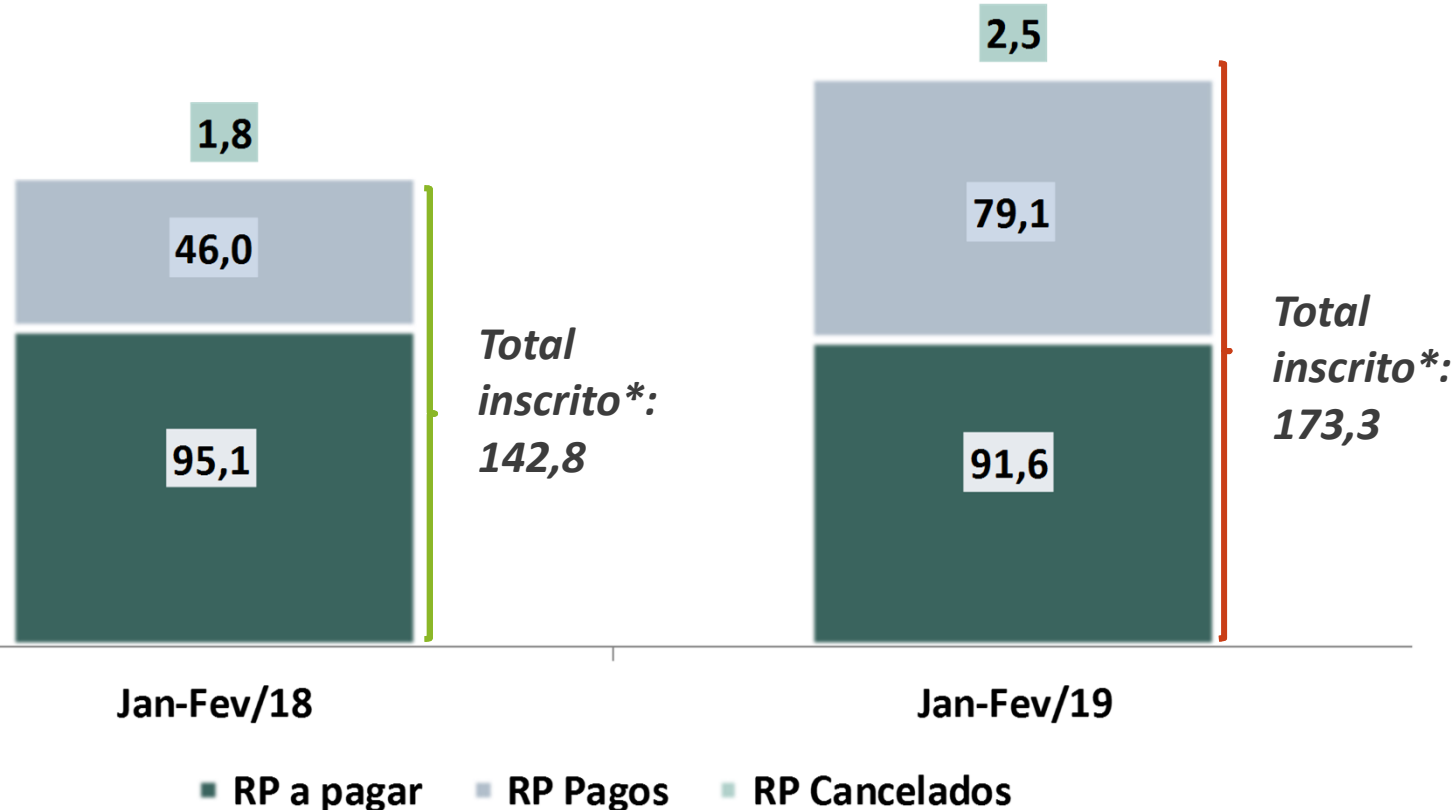
PSI e políticas relacionadas à agricultura respondem pela redução nas despesas com subsídios e subvenções.

Essa redução, que ocorre desde 2016, é resultado do esforço pela racionalização nos gastos com subsídios.

# Despesas do Governo Central

## Execução de Restos a Pagar\*

Brasil – 2018/2019 - R\$ bilhões - Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) em 2019 correspondeu a **R\$ 79,1 bilhões**, contra **R\$ 46,0 bilhões** no ano anterior.

Essa elevação de R\$ 33,2 bi foi influenciada pela mudança na sistemática de pagamento de despesas após a emissão da ordem bancária (OB). Essa alteração elevou o estoque de RAP de 2019 em R\$ 34,0 bi, montante que foi pago em janeiro.

O estoque atual de RAP a pagar totaliza **R\$ 91,6 bilhões**, muito próximo ao estoque de R\$ 95,1 bi em 2018.

\* Exclui Restos a Pagar Financeiros que, conforme divulgado no Relatório de Avaliação dos Restos a Pagar divulgado em janeiro de 2018 pela STN, sofreram redução de R\$ 5,2 bilhões entre 2017 e 2018. Para informações adicionais ver: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/617267/RAP2018/41def350-93ab-4dbc-8b78-d05d54f5f0fb>

# Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º Bimestre de 2019

Brasil – 2018/2019 - R\$ bilhões - Valores Correntes

Resultado da Avaliação do 1º Bimestre (R\$ bilhões)			
Discriminação	LOA 2019 (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Total	1.574,9	1.545,1	-29,7
1.1 Receitas Administradas pela RFB (exceto RGPS)	961,8	950,6	-11,2
1.2 Receitas Não Administradas pela RFB	193,2	181,4	-11,8
1.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	419,8	413,1	-6,7
2. Transferência por Repartição de Receita	275,2	271,6	-3,6
3. Receita Líquida (1) - (2)	1.299,7	1.273,5	-26,2
4. Despesas Primárias	1.438,7	1.442,3	3,6
4.1. Benefícios Previdenciários	637,9	631,2	-6,7
4.2. Pessoal e Encargos Sociais	324,9	326,2	1,2
4.3 Outras Desp. Obrigatórias	207,0	212,9	5,9
4.4. Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	268,9	272,1	3,2
5. Resultado primário (3) - (4)	-139,0	-168,8	-29,8
6. Metal Fiscal	-139,0	-139,0	0,0
7. Ampliação (+) ou Esforço (-) (3 - 4 - 6)	0,0	-29,8	-29,8
Memo:	LOA 2019 (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
Despesas Sujeitas ao Teto	1.407,0	1.405,4	-1,6
Limite EC 95	1.407,1	1.407,1	0,0
Margem Fiscal	0,1	1,7	1,6

\* Inclui despesas do LEJU/MPU

Fonte: SOF/MP.

A Reavaliação do 1º bimestre indicou **limitação de despesas** no montante de **R\$ 29,8 bilhões**.

Todos os grupos de receita tiveram redução na reavaliação:

- Rec. Adm. (-R\$ 11,2 bi);
- Rec. Não Adm. (-R\$ 11,8 bi);
- Rec. RGPS (R\$ -6,7 bi)

Na despesa as principais elevações referem-se a créditos extraordinários (+R\$ 6,5 bi) e obrigatórias com controle de fluxo (+R\$ 3,2 bi).

# Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º Bimestre de 2019

Brasil – 2018/2019 - R\$ bilhões - Valores Correntes

## Principais Variações da Avaliação do 1º Bimestre (R\$ bilhões)

Discriminação	Variação em relação à LOA	Principais Fatores de Variação por Rubrica
<b>1. Receita</b>	<b>-29,7</b>	
Exploração de Recursos Naturais	-11,6	revisão das estimativas de câmbio e preço do petróleo
Cofins e PIS/Pasep	-11,5	realização abaixo do previsto e classificação de parcelamentos especiais
Arrecadação Líquida para o RGPS	-6,7	redução da previsão de parâmetros associados à massa salarial
IPI	-6,0	redução na estimativa da produção industrial
Imposto de Importação	-5,7	redução na estimativa do volume de importações
IR	+11,0	realização até fev acima do previsto
CSLL	+2,4	realização até fev acima do previsto
Concessões e Permissões	+1,3	resultado líquido de inclusões (petróleo e gás, aeroportos, hidrelétrica) e exclusão da descotização da eletrobrás
Demais variações	-2,9	
<b>2. Despesas</b>	<b>+3,6</b>	
Créditos Extraordinários	+6,5	inscrição em RAPs do subsídio ao diesel (MP nº 839/18)
Obrigatórias com Controle de Fluxo	+3,2	inclusão de pagamento 13º do Bolsa Família
Subsídios, Subvenções e Proagro	+2,9	ressarcimento a instituições financeiras e recomposição de dotação ao PSI
Pessoal e Encargos Sociais	+1,2	recomposição de corte da LOA e aumento do teto constitucional
Benefícios Previdenciários	-6,7	dados realizados até fev. e variações verificadas no Sal. Mínimo e INPC
Abono e Seguro Desemprego	-3,2	dados realizados até fev. e variações verificadas no Sal. Mínim
Demais variações	-0,8	

# Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

Pagamento total em 2018

✓ R\$ 1.287.615.634.697,18

Limite para 2019

⚠ R\$ 1.407.052.612.991,00

Pagamento acumulado em 2019

✓ R\$ 204.033.190.098,54

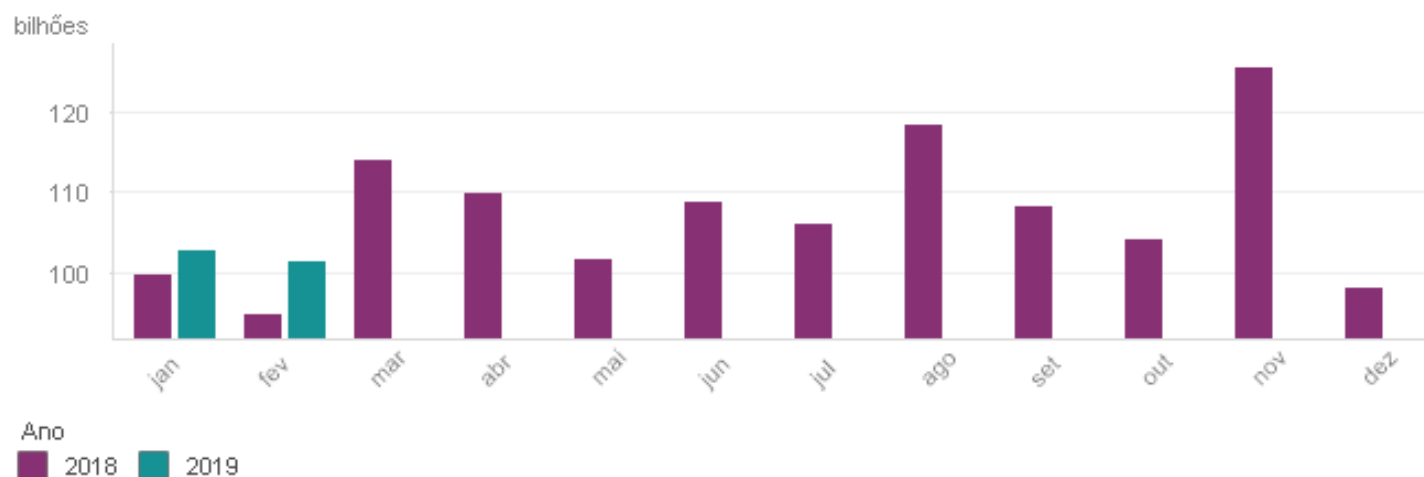
% do teto atingido

14,50%

PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)



# Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

R\$ Milhões

## Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Jan-Fev		Variação Nominal %	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2018	2019		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	194.358	204.033	5,0%	9,3%
II.1 Poder Executivo	184.600	193.306	4,7%	9,3%
II.2 Poder Legislativo	1.805	1.986	10,0%	11,4%
II.2.1 Câmara dos Deputados	885	978	10,4%	14,2%
II.2.2 Senado Federal	617	684	10,8%	8,4%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	302	324	7,1%	9,7%
II.3 Poder Judiciário	6.810	7.462	9,6%	9,0%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	97	103	6,7%	17,1%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	218	224	3,0%	10,1%
II.3.3 Justiça Federal	1.836	1.994	8,6%	8,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	72	78	8,6%	7,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.081	1.196	10,6%	10,6%
II.3.6 Justiça do Trabalho	3.056	3.375	10,4%	8,0%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	431	466	8,1%	8,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	20	25	28,8%	38,9%
II.4. Defensoria Pública da União	94	94	-0,4%	11,7%
II.5 Ministério Público da União	1.050	1.185	12,9%	5,7%
II.5.1 Ministério Público da União	1.039	1.172	12,8%	5,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	10	13	27,5%	20,8%

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2019, na comparação com a despesa paga 2018, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

A margem de enquadramento **difere** por poder/órgão em razão da diferença entre a **despesa paga e o limite em 2018** e da **compensação** estabelecida pelo Poder Executivo no **PLOA 2019**.



# Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2019 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2019	PLOA 2019 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	204.033	1.407.053	14,5%
II.1 Poder Executivo	193.306	1.343.213	14,4%
II.2 Poder Legislativo	1.986	12.419	16,0%
II.2.1 Câmara dos Deputados	978	6.040	16,2%
II.2.2 Senado Federal	684	4.329	15,8%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	324	2.050	15,8%
II.3 Poder Judiciário	7.462	44.447	16,8%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	103	701	14,7%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	224	1.494	15,0%
II.3.3 Justiça Federal	1.994	11.369	17,5%
II.3.4 Justiça Militar da União	78	543	14,4%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.196	7.486	16,0%
II.3.6 Justiça do Trabalho	3.375	19.963	16,9%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	466	2.669	17,5%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	25	222	11,4%
II.4. Defensoria Pública da União	94	576	16,3%
II.5 Ministério Público da União	1.185	6.398	18,5%
II.5.1 Ministério Público da União	1.172	6.307	18,6%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	13	91	14,3%

# Regra de Ouro

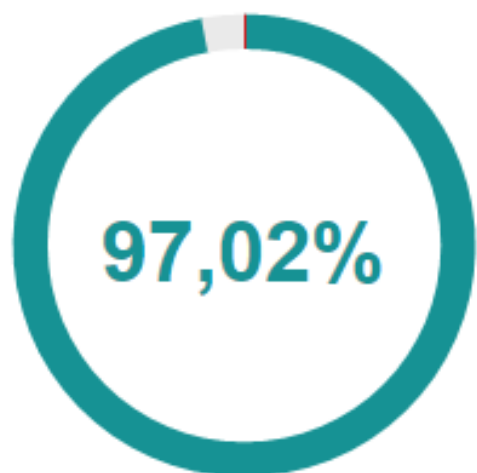
## Art. 167 da Constituição Federal

### Painel da Regra de Ouro da UNIÃO

Selecione o mês  
de referência

fev/19 ▾

% da despesa coberta com  
receita considerada



Margem de suficiência  
dos últimos 12 meses  
(em bilhões)

**R\$ 25,63**

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

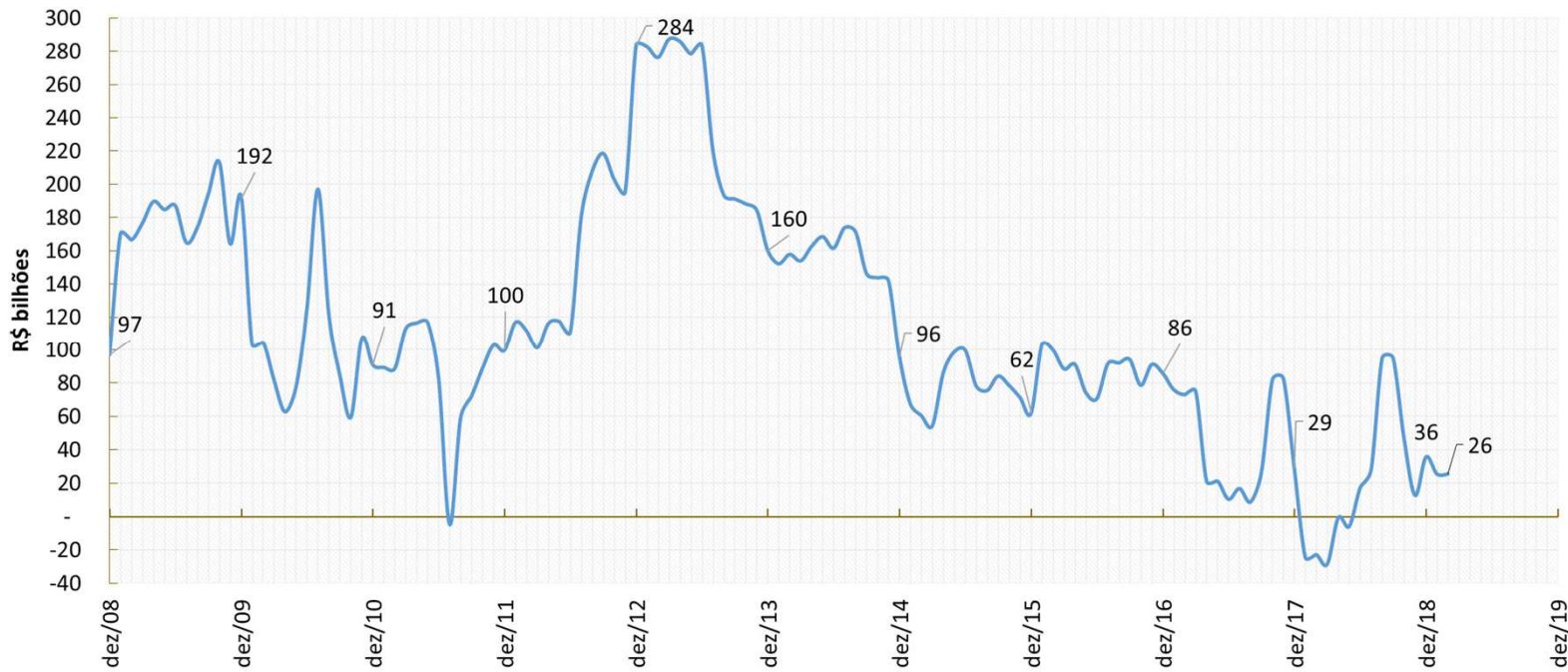
	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
<b>Despesas de Capital</b>	<b>5,11</b>	<b>173,76</b>	<b>859,79</b>
<b>Receita Considerada</b>	<b>25,87</b>	<b>271,73</b>	<b>834,16</b>
Receitas de Operações de Crédito	73,66	177,30	926,82
(-) Variação do colchão da dívida	47,79	-94,43	92,66
<b>Resultado</b>	<b>-20,76</b>	<b>-97,97</b>	<b>25,63</b>

# Regra de Ouro

## Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)  
2008 a 2019: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Avaliação da Suficiência para Cumprimento da Regra de Ouro



Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

— Resultado da Regra de Ouro

No acumulado em 12 meses até fevereiro/2019, as despesas de capital superaram as receitas de operação de crédito em **R\$ 25,6 bilhões**.

O cumprimento da **Regra de Ouro** é verificado **em bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

# Regra de Ouro

## Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)  
2019 – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Discriminação	2019		
	Cenário Anterior	Cenário Atual	Diferença
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b)	1.039,4	1.086,6	47,2
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	850,3	910,4	60,2
Variação de Saldo da sub-conta da Dívida (b)	-189,2	-176,2	13,0
Despesas de Capital (II)	791,7	811,1	19,4
Investimentos	36,2	33,2	-3,0
Inversões Financeiras	81,8	73,8	-8,0
Amortizações	673,7	704,1	30,4
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	-247,8	-275,5	-27,8
Resultado do Banco Central - Fonte 152 (IV)	141,2	166,7	25,5
Outras fontes*	12,7	13,1	0,4
Margem da Regra de Ouro considerando Resultado do BC e Outras Fontes	-93,9	-95,7	-1,8

\* Fontes: 59 - Retorno de Op. Crédito; 73 - Retorno de Op. Crédito Estados e Municípios; 97 - Dividendos

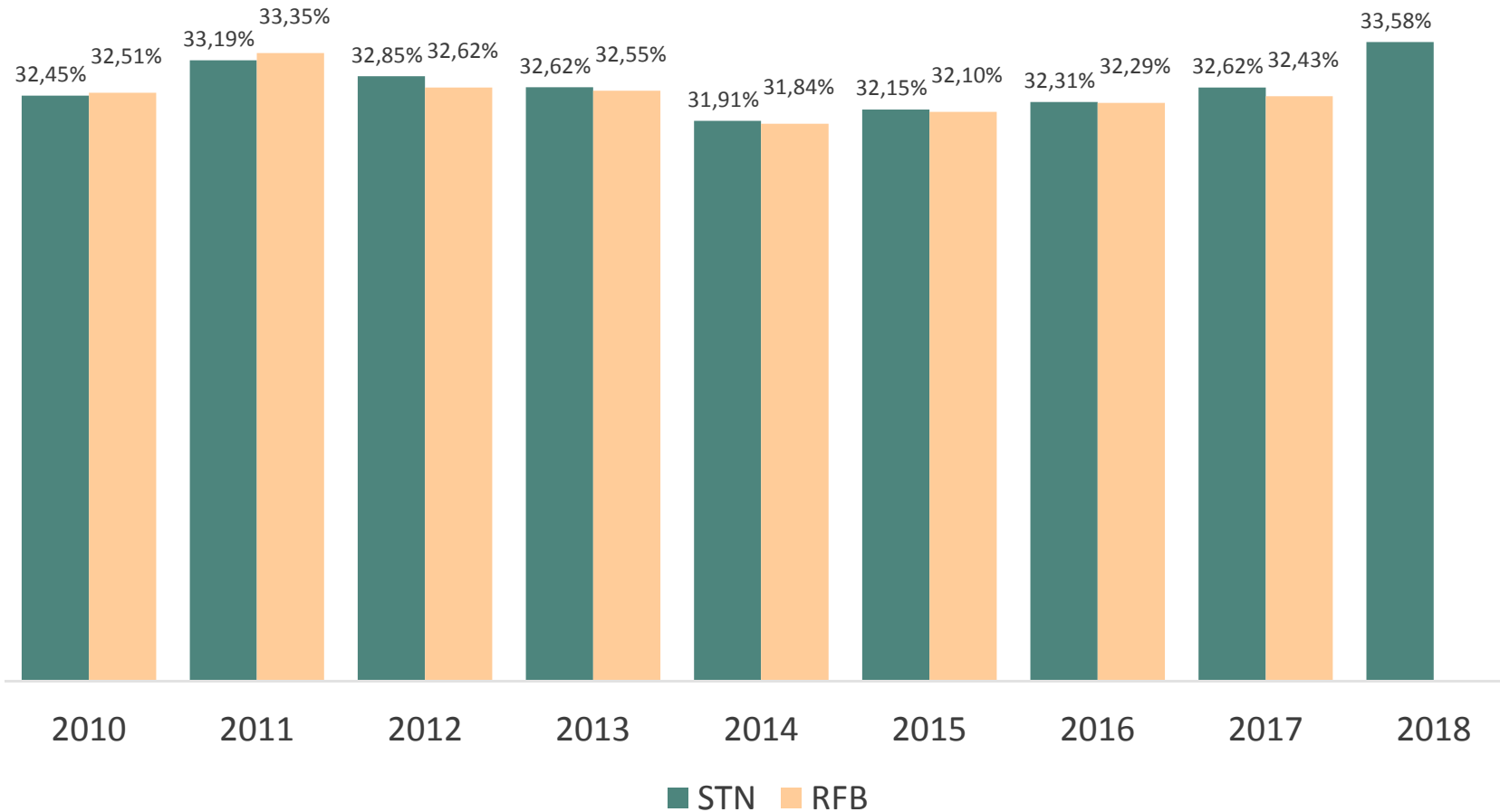
A **projeção** atual mostra uma **insuficiência de R\$ 95,7 bi** para o cumprimento da Regra de Ouro em 2019.

O governo considera a utilização em 2019 de recursos do resultado do balanço BC do 1º semestre de 2018. Além disso, outras **medidas de equacionamento para assegurar o cumprimento da regra de ouro** em 2019 incluem:

- **Concessões** ainda não consideradas nas projeções fiscais, em particular as relacionadas ao setor de petróleo e gás;
- **Cancelamento de RAPs** (Dec. 9.428 de 2018);
- **Antecipação** do cronograma de pagamento da dívida remanescente do **BNDES**; e
- Otimização de fontes e desvinculação de recursos.

# Carga Tributária Brasileira 2010 a 2018 - % do PIB

Carga Tributária Bruta – Estimativas STN para o Governo Geral (Governo Central, Estados e Municípios)\*



Fonte: CTB STN : Tesouro Nacional

CTB RFB: Receita Federal – Estudo “Carga Tributária no Brasil – 2017”

\*Destaca-se que a RFB é a área responsável pela publicação da CTB, em formato anual conforme definido em sua estrutura regimental. A STN publica ao final do primeiro trimestre de cada ano uma estimativa da CTB para compor a Prestação de Contas da Presidência da República.

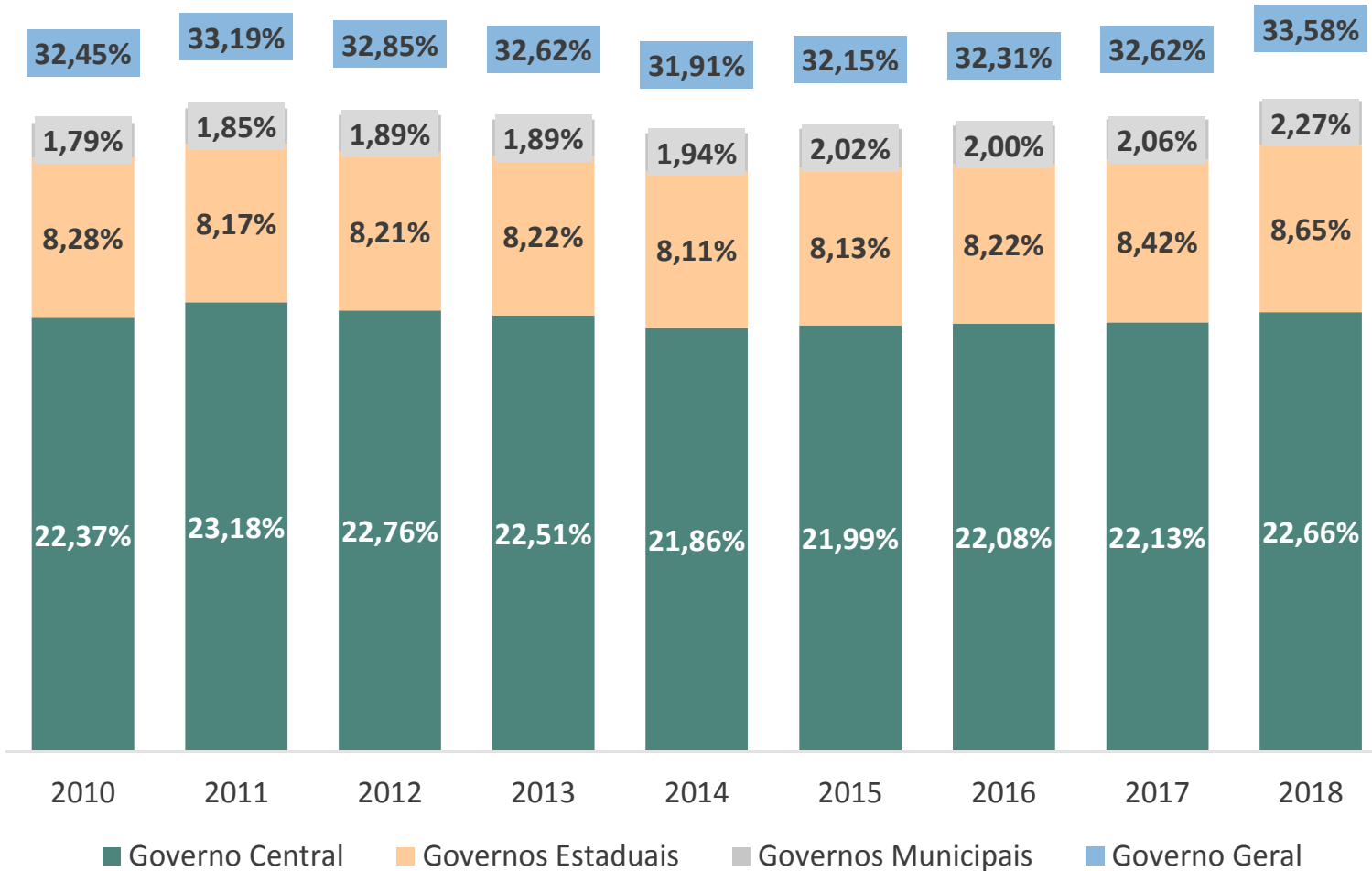
Na esteira das recomendações da iniciativa Data Gaps, do G-20, o Tesouro começou a apresentar dados do governo geral trimestralmente, o que **posicionou o Brasil no grupo dos países mais avançados em termos de estatísticas das finanças públicas**. A publicação da estimativa da Carga Tributária Bruta com apenas 3 meses de defasagem é exemplo disto.

Para o ano de 2018 estima-se que a **CTB** tenha apresentado um **aumento de 0,97 p.p. do PIB em relação a 2017**.

Com esse desempenho a CTB se aproxima do **topo histórico observado em 2007 (33,64%)**.

# Carga Tributária Brasileira 2010 a 2018 - % do PIB

Carga Tributária Bruta – Estimativas STN para o Governo Geral (Governo Central, Estados e Municípios)



De acordo com a estimativa, as variações como proporção do PIB da CTB, de 2017 para 2018 foram de:

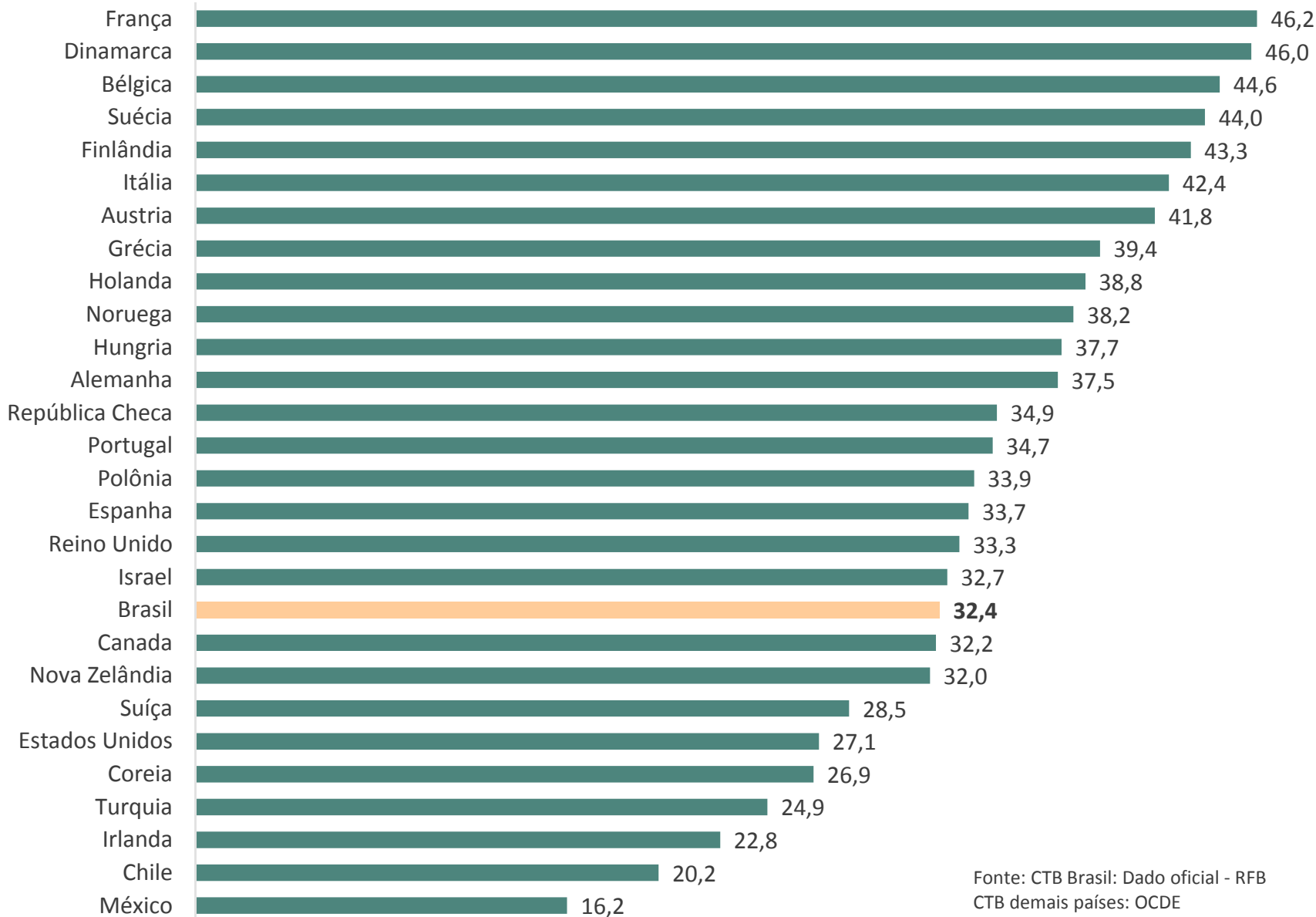
- Municípios: + 0,20 p.p.
- Estados: + 0,23 p.p.
- União: + 0,53 p.p.

O crescimento da arrecadação para todas as esferas de governo reflete o esforço arrecadatório dos entes.

Fonte: CTB STN : Tesouro Nacional

# Carga Tributária Bruta

## Comparativo Internacional - 2017 - % do PIB

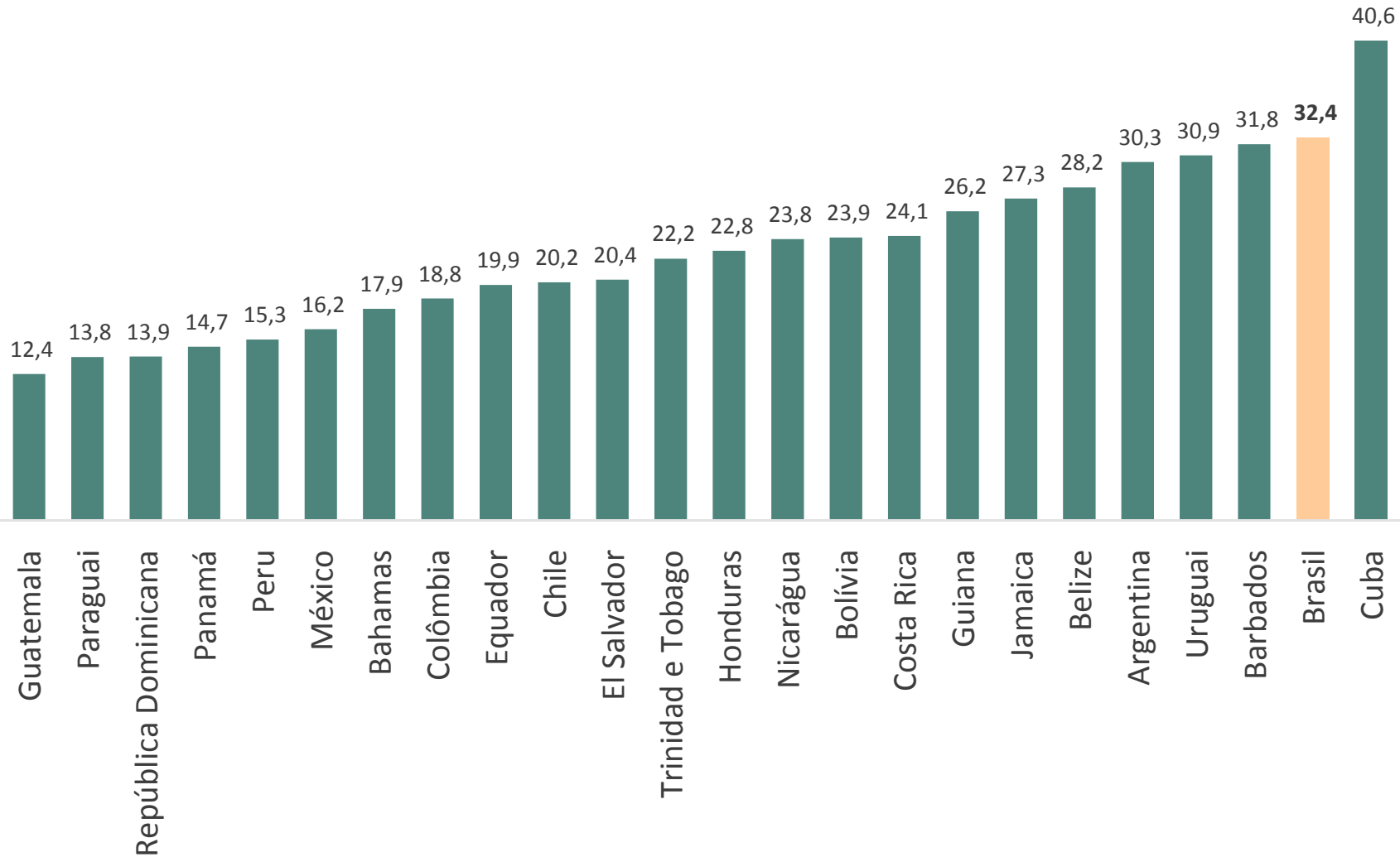


Em comparativo internacional, o Brasil apresenta carga tributária compatível com países com alto grau de desenvolvimento econômico.

Fonte: CTB Brasil: Dado oficial - RFB  
CTB demais países: OCDE

# Carga Tributária Bruta

## América Latina e Caribe - 2017 - % do PIB



Dentre as economias da América Latina/Caribe o **Brasil possui a segunda maior CTB.**

Fonte: CTB Brasil: Dado oficial - RFB  
CTB demais países: OCDE





**Tesouro** Transparente

Visite o portal

*Transparência e dados abertos  
de finanças públicas acessíveis à sociedade*

*Acesse os painéis do Teto de Gastos e de Séries Temporais!*

*[www.tesourotransparente.gov.br](http://www.tesourotransparente.gov.br)*

# Resultado Fiscal do Governo Central

Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central  
Brasil – 2018/2019 – Valores Nominais

R\$ Milhões

## Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018/2019

Discriminação	Jan-Fev		Variação (2019/2018)		Fevereiro		Variação (2019/2018)	
	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	262.220	275.431	5,0%	1,2%	106.064	114.654	8,1%	4,1%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	47.758	53.218	11,4%	7,3%	27.802	29.288	5,3%	1,4%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	214.462	222.212	3,6%	-0,2%	78.262	85.367	9,1%	5,0%
IV. DESPESA TOTAL	202.838	210.440	3,7%	-0,1%	97.480	103.641	6,3%	2,3%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0	0	-	-	0	0	-	-
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)</b>	<b>11.624</b>	<b>11.772</b>	<b>1,3%</b>	<b>-2,3%</b>	<b>-19.218</b>	<b>-18.274</b>	<b>-4,9%</b>	<b>-8,5%</b>
Tesouro Nacional e Banco Central	40.810	40.656	-0,4%	-4,0%	-5.516	-4.046	-26,7%	-35,3%
Previdência Social (RGPS)	-29.186	-28.885	-1,0%	-4,7%	-13.702	-14.229	3,8%	0,3%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	1,1%	1,0%	-	-	-	-	-	-

### Memorando:

Resultado do Tesouro Nacional	40.987	40.613	-0,9%	-4,5%	-5.512	-4.034	-26,8%	-35,4%
Resultado do Banco Central	-177	43	-	-	-4	-11	183,3%	172,7%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-29.186	-28.885	-1,0%	-4,7%	-13.702	-14.229	3,8%	0,3%

Em fevereiro de 2019, o **déficit primário** foi de **R\$ 18,3 bilhões**, frente a déficit de **R\$ 19,2 bilhões em fevereiro de 2018** (valores nominais).

Em valores reais, houve **redução** de R\$ 1,7 bilhão (8,5%) no **déficit do Governo Central**.

**No acumulado** até fevereiro de 2019 houve **superávit primário de R\$ 11,8 bi**, frente a superávit de R\$ 11,6 bi em 2018 (valores nominais).

Em termos reais:

- Até fev/19: superávit de R\$ 11,9 bi
- Até fev/18: superávit de R\$ 12,2 bi

# Receitas do Governo Central

## Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

A preços de fevereiro/19 – IPCA – R\$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018				
Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	272.939,8	276.121,9	3.182,1	1,2%
<b>I.1 Receita Administrada pela RFB</b>	184.374,3	183.058,6	-1.315,8	-0,7%
Imposto de Importação	6.323,4	7.014,7	691,3	10,9%
IPI	9.740,1	8.352,3	-1.387,8	-14,2%
Imposto sobre a Renda	78.352,4	85.474,0	7.121,5	9,1%
IOF	6.116,8	6.311,1	194,3	3,2%
COFINS	44.143,7	39.099,3	-5.044,4	-11,4%
PIS/PASEP	12.026,6	11.032,1	-994,5	-8,3%
CSLL	21.465,9	21.386,7	-79,2	-0,4%
CPMF	907,7	512,5	-395,3	-43,5%
CIDE Combustíveis	5.297,5	3.875,8	-1.421,7	-26,8%
Outras Administradas pela RFB	0,0	0,0	0,0	-
<b>I.2 Incentivos Fiscais</b>	60.959,3	64.111,5	3.152,2	5,2%
<b>I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	59.411,5	62.901,3	3.489,8	5,9%
Urbana	1.547,9	1.210,2	-337,7	-21,8%
Rural	27.606,1	28.951,8	1.345,7	4,9%
<b>I.4 Receitas Não Administradas pela RFB</b>	583,2	641,5	58,3	10,0%
Concessões e Permissões	5,6	4,3	-1,4	-24,3%
Dividendos e Participações	2.169,6	2.141,4	-28,3	-1,3%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	10.272,8	12.900,0	2.627,2	25,6%
Exploração de Recursos Naturais	2.226,2	3.027,5	801,3	36,0%
Receitas Próprias e de Convênios	4.638,6	3.909,0	-729,5	-15,7%
Contribuição do Salário Educação	482,4	477,0	-5,5	-1,1%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	203,8	198,7	-5,1	-2,5%
Operações com Ativos	7.023,8	5.652,5	-1.371,4	-19,5%
Demais Receitas	0,0	0,0	0,0	0,0%
<b>II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	49.682,2	53.321,4	3.639,1	7,3%
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	223.257,5	222.800,5	-457,0	-0,2%

A receita administrada pela RFB, no acumulado de 2019, decresceu R\$ 1,3 bi na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Por outro lado a arrecadação líquida para o RGPS aumentou R\$ 3,5 bi.

# Despesas do Governo Central

## Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2017/2018 – A preços de fev/19 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
<b>IV . DESPESA TOTAL</b>	211.078,7	210.899,5	-179,1	-0,1%
<b>IV.1 Benefícios Previdenciários</b>	91.329,7	93.055,3	1.725,6	1,9%
Benefícios Previdenciários - Urbano	71.831,0	73.555,8	1.724,8	2,4%
Benefícios Previdenciários - Rural	19.498,7	19.499,5	0,8	0,0%
<b>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	50.152,6	50.042,1	-110,5	-0,2%
<b>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	37.737,6	36.879,5	-858,1	-2,3%
Abono e Seguro Desemprego	11.785,4	11.735,2	-50,2	-0,4%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9.487,4	9.749,9	262,5	2,8%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	482,4	477,0	-5,5	-1,1%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	53,3	2.167,6	2.114,4	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.849,9	1.582,2	-267,7	-14,5%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	4.040,5	4.172,0	131,6	3,3%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.638,7	1.481,5	-157,2	-9,6%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	523,9	247,4	-276,5	-52,8%
Subsídios, Subvenções e Proagro	6.496,2	4.819,0	-1.677,2	-25,8%
Impacto Primário do FIES	359,6	115,6	-244,0	-67,9%
Demais	1.020,4	332,1	-688,2	-67,4%
<b>IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo</b>	31.858,7	30.922,6	-936,1	-2,9%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	20.878,2	19.717,2	-1.161,0	-5,6%
Discricionárias	10.980,4	11.205,4	224,9	2,0%
<b>Memorando:</b>				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	32.008,6	31.748,1	-260,5	-0,8%
Outras Despesas de Custeio	28.793,9	28.296,6	-497,2	-1,7%
Outras Despesas de Capital	3.214,7	3.451,5	236,7	7,4%

**No acumulado em 2019 a despesa total ficou praticamente estável (-0,1%). As principais variações foram:**

- Benefícios Previdenciários (+R\$ 1,7 bi);
- Crédito Extraordinário (Diesel) (+R\$ 2,1 bi);
- Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 1,7 bi);e
- Obrigatórias com Controle de Fluxo (- R\$ 1,2 bi).

\* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções e econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

# Despesas do Governo Central

## Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

A preços de fevereiro/19 – IPCA – R\$ Milhões

### Despesas Discricionárias do Poder Executivo - Brasil - 2018/2019

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
Discricionárias	31.858,7	30.922,6	-936,1	-2,9%
Saúde	20.878,2	19.717,2	-1.161,0	-5,6%
Educação	2.194,4	2.103,9	-90,5	-4,1%
Defesa	5.341,1	5.152,3	-188,8	-3,5%
Transporte	13.092,8	11.710,7	-1.382,1	-10,6%
Administração	100,3	420,0	319,7	318,7%
Ciência e Tecnologia	149,7	330,3	180,6	120,7%
Segurança Pública	10.980,4	11.205,4	224,9	2,0%
Assistência Social	2.806,8	2.307,5	-499,3	-17,8%
Demais	2.607,5	2.879,4	271,9	10,4%

***Redução real de 2,9% nas despesas discricionárias do Executivo.***

# Resultado Fiscal do Governo Central

## Resultado Mensal em Relação ao Mesmo mês do Ano Anterior

A preços de fevereiro/2019 – IPCA – R\$ Milhões

### Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2017/2018

Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	110.189,9	114.654,3	4.464,3	4,1%
I.1 Receita Administrada pela RFB	69.886,7	73.388,3	3.501,6	5,0%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.082,4	31.654,7	572,3	1,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	9.220,8	9.611,2	390,4	4,2%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	28.883,5	29.287,7	404,2	1,4%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	81.306,5	85.366,6	4.060,1	5,0%
IV. DESPESA TOTAL	101.272,3	103.641,0	2.368,7	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	46.132,3	46.746,8	614,5	1,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	23.456,1	23.840,1	384,0	1,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.948,1	15.154,7	206,6	1,4%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	16.735,8	17.899,4	1.163,6	7,0%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB <sup>2</sup>	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-19.965,9	-18.274,5	1.691,4	-8,5%
Tesouro Nacional e Banco Central	-4.916,0	-3.182,4	1.733,6	-35,3%
Previdência Social (RGPS)	-15.049,9	-15.092,1	-42,2	0,3%
<b>Memorando:</b>				
Resultado do Tesouro Nacional	-4.911,9	-3.171,2	1.740,7	-35,4%
Resultado do Banco Central	-4,1	-11,1	-7,0	172,7%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-15.049,9	-15.092,1	-42,2	0,3%

O resultado primário passou de déficit de R\$ 20,0 bi em fev/18 para **déficit de R\$ 18,3 bi** em fev/19.

# Receitas do Governo Central

## Resultado Mensal em Relação ao Mesmo mês do Ano Anterior

A preços de fevereiro/19 – IPCA – R\$ Milhões

### Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018 - R\$ Milhões

Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	110.189,9	114.654,3	4.464,3	4,1%
I.1 Receita Administrada pela RFB	69.886,7	73.388,3	3.501,6	5,0%
Imposto de Importação	2.943,8	3.156,1	212,3	7,2%
IPI	4.248,3	4.144,8	-103,4	-2,4%
Imposto de Renda	26.222,0	30.194,5	3.972,5	15,1%
IOF	3.022,7	3.376,3	353,6	11,7%
COFINS	19.695,4	18.769,2	-926,2	-4,7%
PIS/PASEP	5.314,3	5.385,1	70,8	1,3%
CSLL	5.655,2	6.597,0	941,8	16,7%
CIDE Combustíveis	430,0	225,8	-204,2	-
Outras	2.355,0	1.539,5	-815,5	-34,6%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.082,4	31.654,7	572,3	1,8%
Urbana	30.355,7	31.049,8	694,0	2,3%
Rural	726,7	604,9	-121,7	-16,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	9.220,8	9.611,2	390,4	4,2%
Concessões e Permissões	141,7	142,2	0,4	0,3%
Dividendos e Participações	1,8	0,0	-1,8	-99,1%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.100,6	1.087,8	-12,9	-1,2%
CotaParte de Compensações Financeiras	2.299,5	2.461,0	161,6	7,0%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.101,7	1.439,9	338,2	30,7%
Contribuição do Salário Educação	1.689,3	1.704,4	15,1	0,9%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-
Operações com Ativos	94,0	91,3	-2,6	-2,8%
Demais Receitas	2.792,1	2.684,6	-107,6	-3,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	28.883,5	29.287,7	404,2	1,4%

Em fevereiro de 2018, houve **elevação de 4,1% da receita total** na comparação com o mesmo mês do ano anterior.



# Despesas do Governo Central

## Resultado Mensal em Relação ao Mesmo mês do Ano Anterior

A preços de fev/19 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018				
Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	101.272,3	103.641,0	2.368,7	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	46.132,3	46.746,8	614,5	1,3%
Benefícios Previdenciários - Urbano	36.254,2	36.924,7	670,6	1,8%
Benefícios Previdenciários - Rural	9.878,1	9.822,1	-56,1	-0,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	23.456,1	23.840,1	384,0	1,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.948,1	15.154,7	206,6	1,4%
Abono e Seguro Desemprego	6.034,6	5.870,7	-163,9	-2,7%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.773,9	4.922,4	148,4	3,1%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	39,8	1.221,6	1.181,8	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	922,2	570,8	-351,4	-38,1%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	1.001,4	1.016,2	14,7	1,5%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	885,9	942,4	56,5	6,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	435,5	119,6	-315,9	-72,5%
Subsídios, Subvenções e Proagro	196,0	127,1	-68,9	-35,1%
Impacto Primário do FIES	68,1	155,1	87,0	127,8%
Demais	590,7	208,9	-381,8	-64,6%
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	16.735,8	17.899,4	1.163,6	7,0%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	10.556,7	10.922,6	365,9	3,5%
Discricionárias	6.179,1	6.976,8	797,6	12,9%
<b>Memorando:</b>				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	20.579,9	21.964,3	1.384,4	6,7%
Outras Despesas de Custeio	18.917,2	19.828,9	911,7	4,8%
Outras Despesas de Capital	1.662,7	2.135,4	472,7	28,4%

**A despesa total apresentou elevação de R\$ 2,4 bilhões.**

\* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.



# Despesas do Governo Central

## Resultado Mensal em Relação ao Mesmo mês do Ano Anterior

A preços de fevereiro/19 – IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

### Demais Despesas Discricionárias - Poder Executivo - Brasil - 2018/2019

Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
Discricionárias	6.179,1	6.976,8	797,6	12,9%
Saúde	1.354,4	1.421,3	66,9	4,9%
Educação	1.623,5	1.944,8	321,4	19,8%
Defesa	519,5	391,6	-127,9	-24,6%
Transporte	655,8	533,4	-122,4	-18,7%
Administração	454,0	1.014,8	560,9	123,6%
Ciência e Tecnologia	323,3	198,1	-125,1	-38,7%
Segurança Pública	132,0	205,2	73,2	55,5%
Assistência Social	122,4	145,9	23,5	19,2%
Demais	994,3	1.121,5	127,2	12,8%

***Elevação real de 12,9% nas demais despesas discricionárias do Executivo.***



**Tesouro** Transparente

Visite o portal

*Transparência e dados abertos  
de finanças públicas acessíveis à sociedade*

*Conheça os novos painéis do Teto de Gastos e de Séries Temporais!*

[www.tesourotransparente.gov.br](http://www.tesourotransparente.gov.br)